

RESOLUÇÃO Nº 203/2020-CPJ

Altera a Resolução nº 104/2015-CPJ, que define as atribuições das Promotorias de Justiça de Entrância Final.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 416, de 22 de dezembro de 2010;

CONSIDERANDO o que consta no procedimento Gedoc nº 20.14.0001.0004723/2020-72;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art. 4º da Resolução nº 104/2015-CPJ, que passa a vigorar com as seguintes modificações:

“Art. 4º Comarca de Cuiabá:

ÁREA CÍVEL

I)

I.I) Integram o Núcleo de Atuação Judicial Cível as 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª, 24ª, 26ª, 27ª, 28ª, 30ª, 31ª, 37ª, 38ª, 39ª, 40ª, 41ª e 42ª Promotorias de Justiça, com as seguintes atribuições:

.....

b) Às 21ª, 22ª, 23ª, 24ª, 27ª, 28ª, 30ª, 31ª, 37ª, 38ª, 39ª, 40ª, 41ª e 42ª Promotorias de Justiça compete substituir ou coadjuvar, na Capital e na comarca de Várzea Grande, por designação do Procurador-Geral de Justiça, de acordo com critérios a serem estabelecidos em ato conjunto do Procurador-

Geral de Justiça e do Corregedor-Geral do Ministério Público, os titulares das Promotorias de Justiça cíveis e criminais:

.....

I.II) Integram o Núcleo de Defesa da Cidadania as 6ª, 7ª, 8ª, 25ª e 34ª Promotorias de Justiça, com as seguintes atribuições:

.....

c) À 8ª Promotoria de Justiça compete atuar em matéria de educação, nos procedimentos extrajudiciais cíveis, nas ações deles decorrentes, na assunção da titularidade ativa da ação civil nos casos de desistência ou abandono, na função de custos legis nas ações intentadas por outros legitimados e outros direitos difusos e coletivos;

.....

e) À 25ª Promotoria de Justiça compete:

1 - atuar na defesa da população em situação de rua; contra a discriminação de gênero, orientação sexual, por motivos raciais ou religiosos, nos procedimentos cíveis, nas ações deles decorrentes, na assunção da titularidade ativa da ação civil nos casos de desistência ou abandono, na função de custos legis nas ações intentadas por outros legitimados; e

2 - responder pela área cível, criminal e interesses difusos e coletivos, judicial e extrajudicial da comarca de Santo Antônio do Leverger.

f) os feitos relativos a outros direitos difusos e coletivos da área da Defesa da Cidadania serão distribuídos entre as 6ª, 7ª e 8ª Promotorias do Núcleo, sob os critérios de alternância e igualdade." (NR)

Art. 2º Revogar a alínea “b.1” do inciso I.I da ÁREA CÍVEL do art. 4º da Resolução nº 104/2015-CPJ.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor no dia 08 de setembro de 2020.

Cuiabá-MT, 08 de setembro de 2020.

JOSÉ ANTÔNIO BORGES PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

ESTHER LOUISE ASVOLINSQUE PEIXOTO
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça